



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



Agenda de Ação da COP30

Eixo IV - Construindo Resiliência nas Cidades, Infraestrutura e Água

Objetivo 14: Gestão da Água

Plano de Aceleração Gestão da Água e Governança Participativa

Anfitrião: Rede Internacional de Organizações de Bacias Hidrográficas (INBO)

Iniciativa: Iniciativa de Governança da Água da OCDE (WGI)

Com base em sua longa experiência em governança participativa e descentralizada da água, o Brasil propõe uma abordagem colaborativa para fortalecer a capacidade institucional, a inovação digital e a tomada de decisões inclusivas em vários níveis. Esta proposta reflete o compromisso do Brasil em promover a gestão integrada e sustentável da água como elemento-chave da adaptação climática, segurança hídrica, resiliência e desenvolvimento sustentável.

O Plano de Aceleração da Gestão da Água e da Governança Participativa busca, portanto, consolidar e compartilhar metodologias, ferramentas e modelos de governança, incluindo a experiência do Plano Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, que se mostraram eficazes no contexto brasileiro e podem ser adaptados a diferentes realidades territoriais. Ao envolver governos, autoridades locais, organizações de bacias hidrográficas, sociedade civil, comunidades indígenas e tradicionais, mulheres, jovens e parceiros internacionais, o Plano promove a cooperação e o aprendizado compartilhado para melhorar os sistemas de governança da água em todo o mundo.

1. A governança da água como base para o desenvolvimento sustentável e resiliente ao clima

A governança é a pedra angular da capacidade de uma nação de planejar, implementar e sustentar políticas públicas eficientes, democráticas e responsivas às realidades sociais e territoriais. No contexto das mudanças climáticas globais, a governança é o que permite que as sociedades transformem visões de longo prazo em soluções práticas e equitativas que reduzem a vulnerabilidade e fortalecem a resiliência.

Dentro desse quadro mais amplo, a governança da água surge como um eixo estruturante tanto para o desenvolvimento sustentável quanto para a ação climática. A água está na interseção de adaptação, mitigação e resiliência: ela sustenta os ecossistemas, impulsiona a produção de energia e alimentos, apoia a saúde pública e sustenta a estabilidade econômica. Ao mesmo tempo, está entre os primeiros setores a sentir os impactos das mudanças climáticas – por meio de secas, inundações, escassez e degradação dos ecossistemas aquáticos. A governança eficaz da água, portanto, não se trata apenas de gerenciar um recurso, mas de gerenciar riscos, mitigar ameaças à segurança hídrica, construir resiliência e garantir a equidade no acesso a esse elemento vital.

Uma boa governança da água estabelece responsabilidades claras, regras transparentes e processos inclusivos que conectam instituições, setores e comunidades. Ele permite a coordenação entre políticas ambientais, climáticas e territoriais e garante que as decisões sejam legítimas, baseadas na ciência e socialmente justas. Quando guiada pela participação,



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



cooperação e responsabilidade, a governança transforma a vontade política em resultados concretos – protegendo vidas e ecossistemas, garantindo meios de subsistência sustentáveis e promovendo o desenvolvimento resiliente ao clima.

2. Relevância global e conexão com os processos da UNFCCC

A governança da água desempenha um papel decisivo na consecução dos compromissos globais de clima e desenvolvimento. Sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a água emergiu como uma dimensão transversal de adaptação e resiliência – integrando os sistemas ambientais, sociais e econômicos mais vulneráveis às mudanças climáticas.

O Plano de Aceleração da Gestão da Água e Governança Participativa se alinha a essa perspectiva e contribui diretamente para os processos em andamento da UNFCCC, ajudando a operacionalizar as estruturas globais dentro das realidades nacionais e territoriais.

O Global Stocktake (GST), concluído na COP28 em Dubai, representa a primeira avaliação abrangente do progresso coletivo em direção às metas de longo prazo do Acordo de Paris. Seu resultado destaca a necessidade urgente de "abordagens integradas, informadas sobre a água e baseadas em ecossistemas" para abordar as interconexões entre água, clima e desenvolvimento sustentável.

O GST reconhece explicitamente que a disponibilidade, gestão e governança da água são fundamentais tanto para a adaptação quanto para a mitigação. Ele pede o fortalecimento das capacidades institucionais e de planejamento, a promoção da cooperação em nível de bacia e o alinhamento das estratégias nacionais com a gestão da água resiliente ao clima. O documento também enfatiza o papel da governança participativa, da transparência e do engajamento de várias partes interessadas na melhoria da eficácia da adaptação – princípios diretamente alinhados com a experiência do Brasil.

Na COP28, os países também avançaram na implementação do Quadro dos Emirados Árabes Unidos para Resiliência Climática Global, parte do esforço para operacionalizar o Objetivo Global de Adaptação (GGA). A estrutura estabelece prioridades temáticas – incluindo água, saúde, alimentos, ecossistemas e infraestrutura – e fornece a base para medir o progresso coletivo em direção à adaptação. O subsequente Programa de Trabalho Emirados Árabes Unidos-Belém (2024-2025) estabelece o processo para traduzir esses temas em orientações e indicadores acionáveis. Nesse processo, a água é reconhecida como um ponto de entrada estratégico para a definição de métricas de adaptação, particularmente em governança, gerenciamento de riscos e coordenação multinível.

A Agenda de Adaptação de Sharm el-Sheikh (SAA), lançada na COP27, estabelece metas mensuráveis de adaptação global para 2030, incluindo acesso universal a serviços de água e saneamento resilientes ao clima, proteção de ecossistemas de água doce e maior investimento em adaptação hídrica. Embora a SAA não mencione explicitamente a "governança da água", o alcance de suas metas depende necessariamente de sistemas de governança robustos que garantam a coordenação entre as instituições, a participação das comunidades e a tomada de decisões transparentes.



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



Em nível nacional, a Segunda Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil reforça essa abordagem, afirmando que "fortalecer os sistemas de governança e gestão da água" é essencial para a adaptação climática, resiliência territorial e desenvolvimento sustentável. A NDC enfatiza a cooperação entre os governos federal, estadual e local – refletindo o modelo de governança multinível do Brasil – e reconhece que a resiliência depende de uma gestão hídrica inclusiva e informada por dados.

O Plano Nacional de Adaptação (PNA) identifica a gestão dos recursos hídricos como um dos pilares estratégicos de adaptação do país, com foco específico em mecanismos de governança, capacitação e gestão integrada de bacias. O Plano de Aceleração constitui, assim, uma contribuição concreta para a implementação do PAN brasileiro e do componente de adaptação da NDC.

Além da UNFCCC, várias iniciativas internacionais reforçam a importância da governança da água para a adaptação climática e o desenvolvimento sustentável:

- A Iniciativa de Governança da Água da OCDE (WGI) promove os princípios globais de transparência, responsabilidade e engajamento das partes interessadas, fornecendo uma referência internacional para estruturas de governança institucional e territorial.
- O Diálogo de Políticas OCDE-Brasil sobre Governança da Água foi realizado em 2013 com vistas a fortalecer a alocação de água e, em particular, o Pacto Nacional pela Gestão da Água.
- A parceria Saneamento e Água para Todos (SWA) fortalece a responsabilidade de várias partes interessadas em água e saneamento, promovendo reformas de governança e monitoramento inclusivo.
- A iniciativa Transformative Futures for Water Security (TFWS), coordenada pela ONU-Água, SIWI e OCDE, concentra-se em transformações sistêmicas para a governança da água no contexto da Agenda 2030 e adaptação climática.
- A iniciativa Ação sobre Adaptação e Resiliência da Água (AWARE), lançada na COP27, complementa esses esforços ampliando as soluções hídrico-climáticas por meio de parcerias internacionais.
- O Brasil possui um Plano Nacional de Segurança Hídrica, que fornece um roteiro para a segurança hídrica no país, garantindo um planejamento integrado e consistente da infraestrutura hídrica, com caráter estratégico e relevância regional

Juntos, esses marcos globais reafirmam que a governança eficaz da água é a pedra angular da adaptação, resiliência e desenvolvimento sustentável.

O Plano de Aceleração serve, assim, como uma ponte entre os processos globais e a implementação local, traduzindo ambições internacionais em práticas de governança participativas, descentralizadas e soberanas que aumentam a resiliência e a equidade em todos os territórios.

3. Fundamentos propostos para uma governança eficaz da água

O Plano de Aceleração da Gestão da Água e Governança Participativa não propõe um modelo único ou universal. Em vez disso, apresenta um conjunto de elementos fundamentais que refletem a visão de como os sistemas de governança da água podem ser fortalecidos em



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



NATIONAL WATER AND
SANITATION AGENCY - BRAZIL

MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



STANDING WITH THE BRAZILIAN PEOPLE

qualquer país – sempre respeitando a soberania nacional e a diversidade territorial. Além disso, deve estar alinhada com os Planos Nacionais de Recursos Hídricos, garantindo a coerência entre o planejamento estratégico de longo prazo e a implementação de ações de aceleração da governança.

Estes elementos são propostos como princípios orientadores de ação, adaptáveis aos contextos locais:

- a) Coerência institucional e regulatória: uma estrutura regulatória institucional coerente define responsabilidades claras, permite a coordenação entre os níveis de governo e promove a integração entre setores como abastecimento de água, meio ambiente, energia, agricultura e uso da terra. A coerência evita a duplicação e aumenta a responsabilidade na tomada de decisões.
- b) Participação Social e Transparência: a governança participativa garante que as decisões sejam legítimas, transparentes e inclusivas. Os usuários da água, a sociedade civil, a academia, as mulheres, os jovens, os povos indígenas e as comunidades tradicionais devem ter oportunidades significativas para influenciar as decisões. Dados abertos, indicadores de governança inclusiva compreensíveis pela sociedade, observatórios sociais e espaços deliberativos fortalecem a confiança e a responsabilidade.
- c) Descentralização e Gestão Baseada em Bacias: as bacias hidrográficas devem servir como unidades naturais para o planejamento e a tomada de decisões. Mesmo dentro do mesmo país, as bacias que se enquadram nas autoridades nacionais e locais devem adotar processos regulatórios integrados para garantir uma gestão coerente e equitativa da água. A descentralização aproxima a governança das pessoas afetadas, permitindo soluções sensíveis ao contexto e fortalecendo a liderança local.
- d) Política e Integração Territorial: a água deve ser gerenciada como uma questão intersetorial e territorial, conectando planejamento urbano, agricultura, energia e biodiversidade. O planejamento integrado garante a coerência entre os níveis nacional, regional e local, alinhando as estratégias hídricas com a adaptação climática e o desenvolvimento territorial.
- e) Conhecimento, dados, tomada de decisão integrada e informada sobre riscos: a governança baseada em evidências depende da disponibilidade e transparência dos dados. Sistemas de monitoramento, plataformas de dados abertos, transformação digital e ferramentas de alerta precoce permitem decisões informadas que antecipam riscos e orientam a gestão adaptativa.
- f) Equidade, Inclusão e Diversidade Cultural: a boa governança é inclusiva por design. Deve garantir a participação equitativa de todos os grupos, especialmente dos povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres e jovens. Os sistemas de conhecimento tradicionais e locais são ativos valiosos que complementam as abordagens científicas.
- g) Sustentabilidade Financeira e Inovação: a governança resiliente requer financiamento estável e diversificado. A combinação de orçamentos públicos, financiamento climático, pagamento por serviços ambientais e investimento privado garante a continuidade e a escalabilidade das ações hídricas. As soluções baseadas na natureza podem ser



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



integradas às medidas tradicionais de engenharia hídrica, reduzindo os custos gerais de investimento e aumentando a viabilidade da alocação de recursos para mitigar as ameaças à segurança hídrica.

Esses elementos fornecem uma base conceitual para a construção de sistemas de governança adaptáveis, transparentes e socialmente legítimos – o Brasil acredita que essa abordagem pode reforçar a soberania e a capacidade institucional de cada país.

4. Contribuições da Experiência Brasileira para as Discussões Globais

A experiência do Brasil oferece lições práticas para países que buscam fortalecer sua governança hídrica. Nas últimas três décadas, o Brasil consolidou um dos sistemas jurídicos e institucionais mais abrangentes do mundo, caracterizado pela descentralização, representatividade dos atores, integração e democracia participativa.

A Lei Nacional da Água, lançada em 1997, estabeleceu o Sistema de Gestão de Recursos (SINGREH) integrando autoridades federais, estaduais e locais e garantindo que a política hídrica seja coordenada e flexível. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos atua como um fórum colegiado de tomada de decisão, reunindo representantes do governo, usuários e sociedade civil para definir diretrizes nacionais e supervisionar a implementação.

No Brasil, um conjunto abrangente de instrumentos foi formalmente estabelecido para orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, incluindo planos de recursos hídricos, licenças de uso da água (outorgas), objetivos de qualidade da água, mecanismos de cobrança de água e sistemas integrados de informação. Além disso, mecanismos complementares foram desenvolvidos e aplicados pelas autoridades nacionais e locais, em estreita colaboração com as partes interessadas, como estruturas de alocação de água, o Registro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH), procedimentos de inspeção e fiscalização, redes de monitoramento de qualidade e quantidade de água, sistemas de monitoramento de secas, salas de gerenciamento de crises hídricas e planos de segurança hídrica.

No nível local, os Comitês de Bacias Hidrográficas incorporam a democracia participativa, permitindo que as partes interessadas deliberem coletivamente sobre alocação, conservação e revitalização. A Agência Nacional de Água e Saneamento (ANA) garante a coerência regulatória e técnica e apoia a formulação de políticas baseadas em evidências.

Para além de suas instituições formais, o modelo brasileiro evoluiu por meio da participação ativa de povos indígenas, populações ribeirinhas e comunidades tradicionais, cujos saberes e práticas são reconhecidos como essenciais para a proteção e o uso sustentável dos recursos hídricos. A inclusão desses atores nos processos de tomada de decisão fortaleceu a legitimidade, a coesão social e a sustentabilidade de longo prazo.

Outras contribuições importantes da experiência brasileira incluem:

- Mecanismos de coordenação nacional que equilibram autonomia e cooperação entre múltiplos níveis de governança;



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



- Experiência na geração e publicação de dados relevantes sobre recursos hídricos que servem como um instrumento fundamental para informar o planejamento, a regulamentação, a formulação de políticas e os processos de tomada de decisão na gestão de recursos hídricos.
- Plataformas digitais participativas que aumentam a transparência e a supervisão do cidadão;
- Ferramentas de resolução de conflitos para alocação de água entre setores concorrentes;
- Pagamento por esquemas de serviços ecossistêmicos que vinculam o manejo da água à conservação da floresta e do solo;
- Estruturas legais e institucionais adaptativas capazes de evoluir com os desafios sociais e climáticos.

Essa experiência coletiva posiciona o Brasil como referência em governança participativa, baseada em evidências e equitativa da água – um modelo em contínuo aprimoramento e aberto ao intercâmbio e ao aprendizado.

5. Estruturado em torno de seis pilares

Focado em seis áreas prioritárias para implementação, o Plano traduz compromissos globais em práticas nacionais de gestão pública participativa e propõe um modelo replicável e soberano de governança da água:

1. A experiência institucional e regulatória brasileira como referência

Com base na longa experiência do Brasil em gestão da água, o Plano destaca a robusta estrutura legal do país, a alocação de água e as emissões de concessões de água, a governança em nível de bacia e a tradição de participação democrática como referência e fonte de lições que podem informar o debate internacional. Em vez de prescrever um modelo único, essa experiência serve como referência para o diálogo e a cooperação, convidando contribuições de outros países, organizações e comunidades para trocar práticas, enriquecer abordagens e co-desenvolver sistemas eficazes e inclusivos de governança da água.

O Brasil observa que, na próxima reunião estatutária da INBO, a ser realizada em 2026, espera-se que uma nova Presidência Mundial seja designada para o mandato de 2026-2028. Nesse processo, o Brasil pretende trabalhar em estreita cooperação com a Presidência da INBO para garantir a continuidade e fortalecer o engajamento global da rede. O Brasil continua aberto a contribuir com a agenda da INBO, e o Secretariado da INBO continuará a apoiar a promoção do modelo brasileiro e a troca de experiências com administrações nacionais e organizações de bacias que implementam a governança



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



ANA
NATIONAL WATER AND
SANITATION AGENCY - BRAZIL

MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



da água e a gestão participativa em todo o mundo (em eventos como a Cúpula Mundial da Bacia da INBO, as Conferências da Água da ONU de 2026 e 2028, e o Fórum Mundial da Água de 2027, e por meio de iniciativas como a Twin Basin Initiative e seu Programa P2P financiado pela UE).

2. Governança Descentralizada e Participativa

O Plano valoriza a construção de baixo para cima, com liderança de comunidades, usuários e autoridades públicas, destacando os comitês e conselhos de bacias hidrográficas como exemplos concretos de democracia hídrica e alocação de água e processos regulatórios.

3. Integração de recursos, dados e tecnologias

A Plataforma Digital da Água Brasileira se apresenta como uma das ferramentas de apoio à tomada de decisão, planejamento integrado e transparência, com potencial de compartilhamento internacional. Complementando-o, o SIGA PNRH – Sistema de Avaliação e Gestão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (2022-2040) – potencializa o monitoramento e a gestão estratégica dos recursos hídricos no país. O Plano também considera o desenvolvimento de uma estrutura de informações para apoiar a expansão desse modelo de governança para outros países. Além disso, a experiência do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAUH) pode servir como referência para a integração de dados de uso da água em diferentes níveis de governança.

4. Alinhamento com a Agenda Climática e Territorial.

A gestão da água está integrada às políticas de adaptação climática, segurança alimentar e desenvolvimento territorial sustentável, posicionando a água como uma dimensão essencial da ação climática global.

5. Cooperação internacional e intercâmbio de melhores práticas.

O Plano busca fortalecer e conectar-se com iniciativas internacionais existentes que promovem a governança da água e do clima – como a Iniciativa de Governança da Água da OCDE (**WGI**), **Saneamento e Água para Todos (SWA)** e **Mesa Redonda sobre Financiamento da Água** – para promover assistência técnica, transferência de tecnologia e cooperação entre países e entre bacias.

6. Intercâmbio de processos de educação ambiental, climática e hídrica.

O Plano enfatiza a educação e o intercâmbio cultural, reconhecendo a educação ambiental e climática, bem como a conscientização sobre a água, como fundamentais para a construção de resiliência de longo prazo.

O Plano de Aceleração da Gestão da Água e da Governança Participativa reafirma que a governança da água não é apenas uma questão técnica ou ambiental, mas um imperativo



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



democrático e desenvolvimentista. Por meio desse Plano, o Brasil se posiciona como colaborador e aprendiz – compartilhando lições de sua experiência de governança enquanto permanece aberto à inovação e colaboração. Convida a comunidade internacional a trabalhar em conjunto em prol de uma governança hídrica mais justa e resiliente ao clima, reconhecendo que a água não é apenas um recurso, mas uma base para a vida, a paz e o desenvolvimento sustentável.

O Brasil, por meio de um amplo arranjo institucional, possui diversas iniciativas de capacitação na área de gestão de recursos hídricos, dentre as quais se destacam: i) Plano de Educação e Capacitação em Gestão de Recursos e Saneamento voltado para Países da América Latina e Caribe; e ii) Plano de Formação em Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



Descrição	<p>O Plano de Aceleração da Gestão da Água e Governança Participativa posiciona a governança da água como uma pedra angular do desenvolvimento sustentável e resiliente ao clima. Ele reconhece que a governança eficaz - baseada na transparência, participação e coerência institucional - é essencial para gerenciar riscos, construir resiliência e garantir acesso equitativo à água em um clima em mudança. O Plano se concentra em seis temas-chave de implementação que traduzem compromissos globais em práticas nacionais e territoriais: (i) fortalecimento de estruturas institucionais e participativas para governança da água, (ii) avanço da gestão descentralizada por meio de comitês de bacias hidrográficas, (iii) integração de dados, tecnologia e sistemas de monitoramento para informar a tomada de decisões, (iv) alinhamento da gestão da água com políticas climáticas e territoriais, (v) aumento da cooperação internacional e intercâmbio de melhores e (vi) promover a educação ambiental e climática para resiliência de longo prazo. Ancorado nos princípios do Acordo de Paris e diretamente conectado aos processos da UNFCCC – incluindo o GST, o GGA sob o Roteiro de Dubai a Belém e o SAA – o Plano contribui para operacionalizar essas estruturas em nível nacional. Também apoia a implementação das NDCs e PAN. Ao vincular processos internacionais com ações territoriais, o Plano promove uma governança participativa, inclusiva e informada por dados e contribui para fortalecer os esforços globais em iniciativas como a Iniciativa de Governança da Água da OCDE (WGI), Saneamento e Água para Todos (SWA) e a Iniciativa de Valorização da Água (VWI).</p>
Por que essa solução é importante?	<ul style="list-style-type: none"> • reforça a governança da água como elemento estruturante da adaptação climática e da sustentabilidade territorial, integrando a gestão ambiental, o planejamento hídrico e a justiça social, ao mesmo tempo em que garante a gestão soberana e setorialmente integrada de cada país sobre seus recursos hídricos. • fortalece a democracia participativa como mecanismo de tomada de decisão legítima e eficaz, promovendo o protagonismo das comunidades locais, dos usuários e da sociedade civil. • Constrói capacidade institucional e social por meio de um modelo descentralizado, transparente e baseado em evidências, apoiado em plataformas digitais e no monitoramento de indicadores de governança. • oferece uma experiência concreta e bem-sucedida de gestão em nível de bacia que pode ser adaptada e replicada por outros países em diversos contextos, particularmente aqueles que enfrentam escassez de água e vulnerabilidades climáticas. • promove a articulação de políticas públicas sobre recursos hídricos, economia circular da água, segurança alimentar, conservação ambiental e inclusão social, demonstrando a interdependência entre água, território e desenvolvimento sustentável. • estimula a cooperação internacional, criando oportunidades para o intercâmbio de melhores práticas, transferência de tecnologia e assistência técnica entre países e bacias hidrográficas. • responde a uma demanda real por modelos de governança da água sustentáveis, participativos, integrados e capazes de serem implementados em múltiplas escalas, do local ao global.



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



NATIONAL WATER AND
SANITATION AGENCY - BRAZIL

MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



Escopos de escopo relevantes	<ul style="list-style-type: none">• Governança Ambiental e Climática• Fortalecimento e descentralização institucional• Cooperação Internacional e Gestão Transfronteiriça da Água• Segurança Hídrica e Acesso Equitativo à Água• Alocação e regulação da água• Participação Social e Fortalecimento da Cidadania Individual e Coletiva• Ordenamento do Território Integrado• Sistemas de Informação, Dados Abertos e Monitoramento.
------------------------------	--



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



Eixo IV – Construindo Resiliência para Cidades, Infraestrutura e Água

Objetivo Principal: 14 – Gestão da Água

Solução: Gestão da Água e Governança Participativa

Anfitrião: Rede Internacional de Organizações de Bacias Hidrográficas (INBO)

Âmbito:

- **Geográfica:** Internacional/Regional, promovendo a cooperação entre países e instituições responsáveis pela gestão de bacias
- **Setorial:** Gestão e Governança Participativa
- **Outros aspectos:** O Plano está enraizado na experiência nacional do Brasil, mas projetado para ser adaptável e replicável em diversos contextos. Posiciona o Brasil como contribuinte e aprendiz no diálogo global sobre governança da água, oferecendo mecanismos testados e modelos participativos que podem inspirar a implementação cooperativa sob o princípio da gestão soberana e integrada dos recursos hídricos de cada país. Ao promover uma governança inclusiva e eficiente, o Plano também contribui para a ação contra as mudanças climáticas, alocação eficaz de água, fortalecimento da adaptação, resiliência e co-benefícios para mitigação. A coordenação entre os níveis de governo, setores e comunidades é fundamental para promover políticas públicas eficazes, regulamentação e cooperação internacional em direção a sistemas de governança da água inclusivos e responsivos ao clima.

Avaliação de Alavancas:

- Tomada de decisão informada sobre riscos (**vencimento médio**):
Justificativa: é necessário expandir e consolidar os processos participativos e fortalecer a governança da água.
- Mudança Tecnológica (**maturidade média**):
Justificativa: existem tecnologias que contribuem significativamente para a governança; no entanto, é necessário mais progresso no desenvolvimento e implementação de ferramentas que apoiem consistentemente os processos de tomada de decisão.
- Desenvolvimento de Conhecimentos e Capacidades (**média maturidade**):
Justificativa: o conhecimento e os programas existentes fortalecem as capacidades de governança da água, mas é necessária uma abordagem sistêmica para alinhar os resultados nas dimensões ambiental, social e econômica dos ODS.
 - Governança Inclusiva e Design de Tomada de Decisão (**alta maturidade**):



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



Justificativa: uma estrutura legal e institucional sólida apoia a governança descentralizada, participativa e integrada da água, promovendo a tomada de decisões inclusivas e transparentes que podem ser replicadas em outros contextos.

- Padrões e Taxonomias (**alta maturidade**):

Justificativa: um marco legal sólido define padrões para a gestão da água que integram as dimensões técnica, ambiental e social em consonância com a sustentabilidade e a participação democrática.

- Fornecimento (**alta maturidade**):

Justificativa: a governança é sustentada por um sistema consolidado voltado para a gestão eficiente e sustentável dos recursos disponíveis para atender às demandas sociais, ambientais e econômicas.

- Demanda (**vencimento médio**):

Justificativa: há uma necessidade crescente de esforços coordenados e colaborativos para implementar soluções eficazes e sustentáveis para a gestão dos recursos hídricos.

- Financiamento Público e Privado (**médio prazo**):

Justificativa: É necessário promover a convergência e o alinhamento dos recursos públicos e privados para garantir a sustentabilidade financeira das ações de governança da água.

- Parcerias e Colaboração (**média maturidade**):

Justificativa: A governança eficaz da água depende de uma ampla colaboração entre governos, sociedade civil, setor privado e parceiros internacionais. É necessária uma maior coordenação para melhorar os resultados e garantir resultados sustentáveis.

- Políticas e Regulamentação (**alta maturidade**):

Justificativa: A governança da água no Brasil é apoiada por uma forte estrutura legal e regulatória baseada em princípios de gestão descentralizada, participativa e integrada. Embora essa estrutura esteja bem estabelecida, ainda há espaço para melhorias, e muitos países ainda enfrentam desafios no desenvolvimento ou fortalecimento de estruturas de governança semelhantes.

- Opinião Pública (**vencimento médio**):

Justificativa: Apesar da significativa participação social nos processos de governança da água, é necessário ampliar a disseminação do conhecimento para que mais pessoas entendam seu papel e direitos dentro desse contexto.

Impacto esperado deste plano nas metas para 2030

O Plano de Aceleração da Gestão da Água e Governança Participativa busca entregar contribuições coerentes e duradouras para as metas globais de 2030, com ênfase particular nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na Agenda Global do Clima e no aprimoramento de políticas públicas integradas.



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



NATIONAL WATER AND
SANITATION AGENCY - BRAZIL

MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



STANDING WITH THE BRAZILIAN PEOPLE

Ao consolidar um modelo participativo, descentralizado e baseado em evidências para a gestão dos recursos hídricos, o Plano aumenta a segurança hídrica e promove o acesso equitativo à água.

Com base na experiência do Brasil, o Plano promove a democracia participativa ao promover a liderança das comunidades locais e integrar usuários, sociedade civil e autoridades públicas em processos de tomada de decisão legítimos e eficazes. Esse modelo fortalece a governança ambiental e climática, ampliando a resiliência dos sistemas hídricos aos impactos das mudanças climáticas, incluindo secas prolongadas, inundações e degradação dos recursos naturais.

Ao integrar soluções baseadas na natureza, revitalização de bacias hidrográficas e inovação tecnológica por meio de plataformas digitais de monitoramento e transparência, o Plano promove a gestão sustentável da água e a conservação ambiental, com impactos positivos na segurança alimentar, na saúde pública e no desenvolvimento territorial sustentável. Isso contribui diretamente para o avanço do ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática) e ODS 15 (Vida Terrestre).

Além disso, o Plano está alinhado com as prioridades do Acordo de Paris, o Objetivo Global de Adaptação (GGA), o Balanço Global (GST) e a Agenda de Adaptação de Sharm El-Sheikh (SAA), reforçando o papel da boa governança da água como um elemento-chave para a mitigação e adaptação climática. O fortalecimento institucional e o uso estratégico de dados abertos garantem uma tomada de decisão mais eficaz, adaptável e inclusiva, permitindo a resposta a crises e o planejamento de longo prazo.

Em resumo, o Plano de Aceleração da Gestão da Água e Governança Participativa promove uma governança hídrica justa, integrada e sustentável que fortaleça a resiliência climática e territorial. Alinhado com as estruturas globais, incluindo o Balanço Global (GST), o Objetivo Global de Adaptação (GGA) no âmbito do Roteiro de Dubai a Belém, a Agenda de Adaptação de Sharm el-Sheikh (SAA) e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil, o Plano traduz compromissos internacionais em ações territoriais concretas. Ao promover a cooperação, a inovação e o aprendizado compartilhado, reforça o papel estratégico do Brasil no avanço da agenda global de adaptação e na promoção de sistemas de governança hídrica inclusivos, resilientes e resilientes.



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



Saída	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Responsável	Horizonte de tempo	Engajamento das partes interessadas
Modelo institucional e regulatório consolidado e adaptado às diferentes realidades territoriais	Estrutura legal, regulatória e institucional para a governança da água	Disseminação e promoção da gestão de bacias hidrográficas e troca de experiências internacionais, programa global de geminação entre organizações de bacias hidrográficas (Twin Basin Initiative e seu componente financiado pela UE: o Programa P2P).	Estratégico / Institucional	Reforço do quadro jurídico e da capacidade técnica	MIDR ANA	jul.2028	Governos nacionais e subnacionais Organização da bacia hidrográfica Organizações internacionais Academia Sociedade civil Comunidades locais
Conferência da Água da ONU 2028	Organização do evento oficial da presidência da INBO como contribuição para o programa da Conferência, reportagem. Subtema de gestão da água e governança participativa para adaptação às mudanças	Organização e elaboração de relatórios.	Acontecimento	Mensagens políticas dentro do processo da ONU sobre o interesse de desenvolver legislações e políticas ambiciosas de gestão da água e governança participativa.	O Secretariado da INBO oferece seus serviços para a minuta da proposta e para a organização do evento.	Data exata e país anfitrião a definir (2028)	Estados membros da ONU, organização da bacia Organizações internacionais, instituições financeiras internacionais.



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



Saída	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Responsável	Horizonte de tempo	Engajamento das partes interessadas
	climáticas						
Governança descentralizada e participativa fortalecida no Brasil e em outros países parceiros.	Participação social e institucional na gestão da água	Fortalecimento dos comitês nacionais e de bacias e conselhos de gestão	Operacional / Participativo	Capacitação, incentivos à participação social e descentralização	MIDR ANA	dez.2027	Governos nacionais e subnacionais Organização da bacia hidrográfica Organizações internacionais Academia Sociedade civil Comunidades locais
Metodologia de plataforma digital compartilhada e estrutura de implementação desenvolvida e disponível publicamente	Integração de dados, recursos e tecnologias para gestão da água	Desenvolvimento e disseminação de plataformas digitais para gestão e monitoramento	Tecnológico / Operacional	Investimento em tecnologia, treinamento e acesso à informação	MIDR ANA	dez de 2027	Governos nacionais e subnacionais Organização da bacia hidrográfica Organizações internacionais Academia Sociedade civil Comunidades locais
Segmento político de alto nível dedicado às bacias no 11º Fórum Mundial da Água	Mobilização de decisores políticos,	Organização e elaboração de relatórios.	Acontecimento	Engajamento político para ações em prol da criação e	Presidente Mundial da INBO	22-28 Março 2027	Governos nacionais e subnacionais Organização da



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



NATIONAL WATER AND
SANITATION AGENCY - BRAZIL

MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT



STANDING WITH THE BRAZILIAN PEOPLE

Saída	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Responsável	Horizonte de tempo	Engajamento das partes interessadas
	instituições financeiras internacionais e profissionais da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos ao nível das bacias			fortalecimento de organizações de bacias e da implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos.			bacia hidrográfica Organizações internacionais, instituições financeiras internacionais.
Conferência da Água da ONU de 2026	Organização do evento oficial da presidência da INBO como contribuição para o programa da Conferência, reportagem. Subtema de gestão da água e governança participativa para adaptação às mudanças climáticas A ser determinado	Organização e elaboração de relatórios.	Acontecimento	Mensagens políticas dentro do processo da ONU sobre o interesse de desenvolver legislações e políticas ambiciosas de gestão da água e governança participativa.	O Secretariado da INBO oferece seus serviços para a minuta de proposta e para a organização do evento.	2 a 4 de dezembro de 2026	Estados membros da ONU, organização da bacia Organizações internacionais, instituições financeiras internacionais.



United Nations
Climate Change



INBO
International Network
of Basin Organizations



ANA
NATIONAL WATER AND
SANITATION AGENCY - BRAZIL

MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

